



A dupla face das teorias do jornalismo

Cristiano Anunciação¹

Resumo: Este texto busca discutir a concepção que se tem de teorias do jornalismo a partir de duas questões epistemológicas: (1) o que faz com que uma teoria seja reconhecida como teoria do jornalismo; e (2) quais critérios balizam o que comumente se convencionou chamar de teorias do jornalismo. A partir daí, buscaremos distinguir as proposições teóricas que compreendem o jornalismo como objeto de análise (teorias *sobre* jornalismo) e as que pensam o fenômeno jornalístico como objeto de estudo (teorias *do* jornalismo). O trabalho está dividido em três partes. Na primeira, a formação do campo de pesquisa do jornalismo. Em seguida, uma discussão a partir das teorias da comunicação – *locus* epistêmico das teorias do jornalismo. E, por último, promover uma abertura do jornalismo, tendo como fundamento a distinção entre teorias *sobre* jornalismo e teorias *do* jornalismo.

Palavras-chave: epistemologia; teorias da comunicação; teorias do jornalismo; objeto de estudo; objeto de análise.

1. Apresentação

O estudo das teorias do jornalismo nos faz acreditar, à primeira vista, que a atividade de pesquisa desta subárea da Comunicação se encontra em ampla fase de desenvolvimento e consolidação dos seus alicerces teóricos, dada a notável literatura

¹ Jornalista; doutorando em Comunicação (UnB); mestre em Jornalismo (UFSC); e graduado em Comunicação Social/Jornalismo (UESB). E-mail: crisanun@gmail.com.

.....
.....

existente dedicada ao assunto. No entanto, ao examinarmos mais precisamente esse emaranhado de proposições teóricas, surgem pelo menos duas questões epistemológicas. Afinal, o que faz com que uma teoria seja reconhecida como teoria do jornalismo? Mais do que isso: quais critérios balizam o que comumente se convencionou chamar de teorias do jornalismo?

Depositar as proposições teóricas sobre o jornalismo em um mesmo repositório – sem avaliar criticamente suas premissas (das teorias) – mais encobre do que revela sua especificidade no campo da Comunicação. Assim, ao eximir-se da discussão em torno do seu lugar de fala, ou melhor, suas bases conceitual, teórica e metodológica, o campo de pesquisa do jornalismo dá oportunidade para que outras áreas do conhecimento científico alcancem maior relevância a respeito de sua matéria (notícia, reportagem, editorial, jornal, jornalista etc.).

Prova disso é a conhecida teoria do *newsmaking*. Embora o objeto de análise seja o jornalismo, sua perspectiva é sociológica. A proposta se articula entre dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho, bem como os processos de produção (WOLF, 1999, p. 188). Esta concepção é identificada no campo de pesquisa do jornalismo como teoria do jornalismo e consta, inclusive, na bibliografia de referência² desta subárea da Comunicação.

Quando toma para si teorias originárias das outras áreas – chamando-as de teorias do jornalismo –, o campo de pesquisa do jornalismo colabora com o quadro de confusão epistemológica que lhe apodera. De um lado, o discurso da interdisciplinaridade para caracterizar sua relação com os outros territórios do saber (cf. MARTINO, 2005, 2007, 2012). De outro, a negação do diálogo com as outras áreas do saber, como se o jornalismo – enquanto um campo em busca de validação científica – estivesse apartado das ciências sociais e humanas.

2 O sentido empregado aqui está relacionado às obras que figuram em cursos universitários de graduação e pós-graduação, tal como em trabalhos de pesquisa (artigo científico, dissertação de mestrado e tese de doutorado).

.....
.....

2. A formação de um campo de pesquisa

Desde a primeira tese de doutorado (de que se tem conhecimento) sobre os fenômenos jornalísticos – *De relationibus novellis*³, de Tobias Peucer, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, na Alemanha –, a atividade tem sido objeto de disputa entre as diferentes áreas do saber, especialmente a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e a Linguística. Tal aspecto se tornou mais evidente nos últimos 150 anos e se confirma pelo interesse de pesquisadores da Alemanha, dos Estados Unidos, de Portugal e do Brasil. Esses países, dentre outros, cada um com seu *modus operandi*, auxiliaram na construção do amplo *corpus* de pesquisa que temos hoje sobre o jornalismo.

A Alemanha, aliás, pode ser considerada o berço dos estudos em jornalismo (MEDITSCH; SPONHOLZ, 2011). Além de Peucer, intelectuais como Ferdinand Tönnies, Max Weber e Otto Groth se dedicaram a investigar o fenômeno que surgia na sociedade e produziram suas “teorias sociais da imprensa” (cf. MAROCCO; BERGER, 2006). Groth teve parte⁴ dos seus estudos traduzida no Brasil. A obra *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais* (2011) lança bases para a *ciência dos jornais* ou *jornalística*. Suas ideias também foram difundidas em língua espanhola por Angel Faus Belau (1966). Karl Marx é outro que contribuiu ao discutir a importância da liberdade de imprensa (2006)⁵.

Nos Estados Unidos, as pesquisas sobre jornalismo começaram a surgir na década de 1920. Podemos destacar os trabalhos de Robert Ezra Park, em sua discussão sobre a notícia como uma forma de conhecimento (1976), e Walter Lippmann, que sugeriu – em seu livro *Opinião pública* (2010 [1922]) – a existência de uma ligação estreita entre os jornais e o público. Recentemente, o desenvolvimento e a

3 Com o título *Os relatos jornalísticos*, o trabalho foi originalmente publicado no Brasil em 2000 na revista *Comunicação & Sociedade*, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Metodista de São Paulo, e reproduzido quatro anos depois na revista *Estudos em Jornalismo e Mídia*, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina. O trabalho de Peucer aborda um fenômeno, materializado pelos periódicos, que começava a aparecer na Europa no final do século XVII.

4 Ao todo, são sete volumes. O primeiro foi publicado em 1960 sob o título de *O poder cultural impercebido*. Os dois últimos foram lançados em 1966 e 1972, depois da morte do autor, em 1965.

5 Reúne artigos escritos entre os anos de 1842 e 1882, aproximadamente.

.....
.....

internacionalização da pesquisa em jornalismo foram assinalados na coletânea *The handbook of journalism studies* (2009), que reúne 30 textos sobre diversos aspectos de seus estudos, sobretudo como campo acadêmico, produção noticiosa e relação com a sociedade.

Entre os países de língua portuguesa, os estudos em *teorias do jornalismo* no Brasil equivalem-se aos trabalhos sobre *teorias da notícia* em Portugal, ou mesmo as duas juntas. Consideradas obras de referência, citamos *Teorias da notícia e do jornalismo* (2002), de Jorge Pedro Sousa, os dois volumes de *Teorias do jornalismo*⁶, de Nelson Traquina, e os compêndios⁷ *Teoria do jornalismo* (2005), de Felipe Pena, e *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras* (2006), de José Marques de Melo. Mencionamos também o livro *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo* (2012 [1987])⁸, resultado da dissertação de mestrado de Adelmo Genro Filho, que reivindica a construção de uma teoria do jornalismo, a partir de uma nova abordagem teórico-metodológica.

Paralelamente à publicação deste conjunto de bibliografias que buscava teorizar a prática jornalística, ocorreu um processo de institucionalização da pesquisa em jornalismo em diversos países, com a criação de institutos de pesquisa, cursos de graduação e pós-graduação, periódicos e associações científicas especializadas. Entre os exemplos estão os institutos de pesquisa em jornalismo da Alemanha⁹, que funcionaram do final do século XIX até o início do século XX, e, nos Estados Unidos, a primeira escola de jornalismo criada em 1903 e o curso inaugural de doutorado fundado na década de 1920.

6 O primeiro, lançado no Brasil em 2004, tem como subtítulo *Porque as notícias são como são*; já o segundo levou o subtítulo *A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* e foi publicado no país em 2005 e um ano antes em Portugal.

7 Ambos utilizam o termo “teoria” no singular.

8 A palavra “teoria” também aparece no singular.

9 A iniciativa passou a ser minada após a Segunda Guerra Mundial.

.....
.....

No Brasil¹⁰, a primeira faculdade de jornalismo foi aberta em 1947 e, a partir dos anos 1970, os cursos iniciais de pós-graduação em Comunicação. Registramos ainda o surgimento do Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPPJ), em 1995, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), em 2003, e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PosJor/UFSC), em 2007.

Como se nota, o campo de pesquisa do jornalismo foi constituído com a colaboração (indireta) de diversas áreas do conhecimento. Contudo, os aspectos teórico-epistemológicos que interessam aos pesquisadores desta subárea da Comunicação se distinguem dos enfoques dos outros territórios do saber, quando estes elegem os fenômenos jornalísticos como objeto de suas pesquisas. Essas manifestações vistas pelas lentes de outros domínios da ciência vão se preocupar em responder questões teóricas relacionadas a seus lugares de origem.

3. Uma questão prévia: as teorias da comunicação

A *dispersão epistemológica* no campo da Comunicação tem respingado na atividade de pesquisa em jornalismo, levando-a aos mesmos impasses observados na sua matriz comunicacional. O principal problema para uma área em busca de seu lugar – *centro de gravidade* ou *núcleo objetivável* – nas ciências sociais e humanas é a *naturalização do objeto de estudo* (como se o fenômeno fosse o objeto empírico, e não uma elaboração teórica).

A própria definição de comunicação esbarra em problemas de demarcação sócio-históricos que enxergam o fenômeno, por um lado, como processo essencial ao ser

10 Os cursos de jornalismo foram transformados em comunicação social, em concordância com o modelo do Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal). Isso porque, depois da Segunda Guerra Mundial, os cursos de diversos países do chamado Terceiro Mundo passaram a sofrer a influência da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), que demonstrava uma preocupação (especialmente política) com a atividade jornalística e chegou a criar centros de formação de professores de jornalismo nessas regiões (MEDITSCH, 1992).

.....
.....

humano (contato com seus semelhantes), e, por outro, a partir de características específicas (mercantilização da informação, intervenção da técnica, transformação da cultura e organização da sociedade complexa).

Neste caso, se trata de abordagens – como afirma Muniz Sodré (2007, p. 17-18) – que oscilam entre a *técnica política de linguagem* (nos leva à retórica antiga na polis grega) e a *midiatização enquanto prática tecnológica do discurso* (sob a égide do mercado, na contemporaneidade) ou o *processo comunicativo* (pôr em comum as diferenças por meio do discurso) e o *processo comunicacional* (fenômenos constituídos pela ampliação tecnológica).

A adoção de um desses modelos altera, obviamente, a compreensão sobre o fenômeno comunicacional e, conseqüentemente, sua atividade científica. Contornos indefinidos sobre o saber comunicacional implicam em problemas epistemológicos no entendimento das teorias da comunicação e, por conseguinte, nas teorias do jornalismo. A depender da concepção, as teorias da comunicação podem abranger tanto o desenvolvimento das relações humanas quanto a intervenção dos meios de comunicação na sociedade. Esse quadro tem dificultado o avanço da discussão epistemológica do objeto e do próprio campo (MARTINO, 2007).

Um ponto fundamental é ter o cuidado em não tomar o objeto empírico (materialidade) como fenômeno da comunicação (elaboração conceitual). Do contrário, o exercício de pesquisa se tornará ainda mais problemático para uma área cujo campo profissional (especialmente o jornalismo, a publicidade e as relações públicas) é bastante interveniente na sociedade contemporânea. Tanto que, às vezes, estende-se até sua prática científica. A origem dessa questão pode ser explicada por Muniz Sodré:

As questões a que busca responder o estudioso dos fenômenos comunicacionais, desde a primeira década do século XX, partem primordialmente de empresas de mídia – organizações privadas, portanto –, tais como jornais, agências de publicidade, estrategistas de necessidades e institutos de pesquisa em consumo. Enquanto as demandas de conhecimento sociológico, antropológico e psicológico provêm

.....
.....

principalmente de organismos ligados direta ou indiretamente ao Estado (órgãos de planejamento, de administração de territórios, de controle de comportamentos e atitudes etc.), o saber comunicacional tende a ser priorizado pelo mercado (SODRÉ, 2007, p. 18).

Ao transferir as necessidades profissionais para as demandas teórico-epistemológicas – como se brotassem delas –, a Comunicação vai na contramão das disciplinas tradicionalmente estabelecidas nas ciências sociais e humanas. O objeto de estudo de um campo do conhecimento não se origina na sua prática profissional (no plural, no caso da Comunicação). O fenômeno não é o objeto empírico (jornal, revista, propaganda, programa de rádio, telenovela, página na internet, rede social digital, veículo de mídia etc.).

Dito isso, cabe-nos explicar que não estamos negando a importância da atividade do jornalista, do publicitário, do relações públicas, dentre outros, assim como o desenvolvimento de seus processos e produtos comunicacionais para o trabalho de teorização da área. O que estamos dizendo é que o pesquisador não deve confundir as exigências do mercado profissional em comunicação com seus empreendimentos epistemológicos.

Em outro quesito, Luiz Claudio Martino (2007, p. 28) sustenta que uma teoria só pode ser considerada teoria da comunicação se respeitar o preceito da *centralidade do fenômeno comunicacional*. Ou seja, a realidade social deve ser entendida ou explicada tendo a comunicação como fator privilegiado. Essa concepção se configura como um modo de enfrentar a *dispersão epistemológica* proveniente de teorias dos outros territórios do saber e, consequentemente, delimitar a Comunicação como área de conhecimento.

Assim, se o economista explica através da centralidade dos fenômenos econômicos (mercado); se o sociólogo o faz através dos fenômenos sociais (evolução, estrutura, organização social)... o comunicólogo deve explicar a realidade humana a partir dos fenômenos comunicacionais. Tenhamos em conta

.....
.....

que se trata da hipótese fundamental uma tomada de posição que caracteriza a disciplina enquanto tal, já que é sob esta perspectiva que serão lidos e interpretados os fenômenos humanos. Daí seu nome *comunicacional*, pois toma a comunicação não necessariamente como causa, mas como fator central para a compreensão desses fenômenos (MARTINO, 2007, p. 28, grifo do autor).

O reconhecimento das teorias da comunicação, portanto, precisa levar em conta premissas constituídas pelas ciências sociais e humanas. O campo de pesquisa do jornalismo necessita fazer esse mesmo percurso, mas, neste caso, em relação à Comunicação. Isto porque as teorias do jornalismo são parte constituinte das teorias da comunicação.

4. Para abrir o jornalismo

Olhar para o campo de pesquisa do jornalismo sem observar a grande área da Comunicação – sua matriz científica – é recair no equívoco que esta realiza ao esquivar-se do debate epistemológico no interior das ciências sociais e humanas (cf. BRAGA, 2011; LOPES, 2005; MARTINO, 2005, 2012). Deste modo, entendemos que não há como pensar as teorias do jornalismo nos afastando (ou ignorando) do percurso sobre o qual se desenvolvem as teorias da comunicação, seu *locus* epistêmico.

Está na Comunicação a sua *condição midiática* (perspectiva da atualidade, circulação de informação, cultura de massa, manifestação da opinião pública, dispositivo tecnológico etc.). Essa é a sua *universalidade*. As teorias do jornalismo precisam vislumbrar a condição de mídia para buscar aí a sua *singularidade*. As pesquisas desta subárea da Comunicação reconhecem o jornalismo como:

Uma *técnica* de amplificação informativa, historicamente determinada; um *processo* produtivo, industrial, mercadológico, cujo resultado final produz sentidos. Um *discurso*, com função referencial (dá conta dos acontecimentos) e fática (de contato com o público); um discurso normativo,

.....
.....

unilateral (as interações propostas são simulacros), ininterrupto (sem espaço para silêncios) e homogeneizador da sociedade; um *relato* da atualidade, um *registro* da história acontecendo; um *discurso* que incorpora outros discursos e é realizado tendo em vista um leitor. Uma *forma* específica de conhecimento. Um *poder* advindo da condição intrínseca à sua existência - a de mediar interesses políticos e sociais; um *poder* advindo de relações estruturais com o capital econômico e o poder político. Uma *atividade* sujeita às transformações operadas pelo desenvolvimento tecnológico e por novas formas no exercício da profissão. Uma *instituição* essencial para a afirmação da esfera pública (BERGER, 2002, p. 146-147, grifo da autora).

Abrir o jornalismo é lhe dar condições para que possa dizer: “carece de me explicar pelo que sou” (BERGER, 2002, p. 142). De antemão, fazer a *ruptura epistemológica* e superar os *obstáculos epistemológicos* (BACHELARD, 1996, 2006). Por um lado, fugindo das necessidades do campo profissional ao enfrentar seus impasses teórico-epistemológicos. Por outro, deixando de se apropriar das teorias provenientes das outras áreas das ciências sociais e humanas.

Os estudos das teorias do jornalismo reproduzem o equívoco que Martino (2007) aponta nas discussões das teorias da comunicação: ausência de critérios de seleção das teorias selecionadas em sua bibliografia de referência. Não se preocupam em fazer a distinção entre as teorias *sobre* jornalismo (se ocupam de fenômenos jornalísticos no sentido amplo) e as teorias *do* jornalismo (são propriamente jornalísticas).

As teorias *sobre* jornalismo pensam a prática jornalística como *objeto de análise*. Tais teorias pertencem a outra área do conhecimento, permanecem ligadas a seu campo de origem e não reivindicam para si o título de ‘teorias do jornalismo’. Além disso, dizem pouco sobre a natureza do fenômeno jornalístico. Somos nós, pesquisadores do campo, que as identificamos como teorias *do* jornalismo.

Ao comentar a teoria do *newsmaking*, Gislene Silva e Felipe Pontes (2009, p. 182) ilustram que a proposta da notícia como algo resultante da soma de ações pessoais, organizacionais, extraorganizacionais, históricas e sociais se revela pouco significativa para os estudos do jornalismo. Segundo os pesquisadores, outros produtos

.....
.....
comunicacionais, como a peça publicitária, a novela e o programa de entretenimento, resultam dessa mesma soma de fatores.

As teorias *do* jornalismo, por sua vez, compreendem a prática jornalística como objeto de estudo. Essas teorias procuram olhar o jornalismo por dentro, como objeto central ou – adaptando a expressão de Martino (2007) para a Comunicação – pela *centralidade do fenômeno jornalístico*. São trabalhos que assinalam uma preocupação com a ‘teoria do jornalismo’.

O estudo de Genro Filho (2012) se encaixa no nosso entendimento de teoria *do* jornalismo. Para ele, o jornalismo é uma *forma social de conhecimento* que se cristaliza no singular. O teórico fundamenta seu trabalho nas categorias filosóficas (que estão indissolivelmente ligadas e representam aspectos objetivos da realidade) da singularidade, da particularidade e da universalidade.

Sem dúvida, as propostas teóricas que tomam o jornalismo como objeto de análise são importantes para o campo de pesquisa desta subárea da Comunicação. Entretanto, devemos levar em consideração que as lentes pelas quais olham o fenômeno têm outros interesses teóricos, que não os do jornalismo. Temos, então, que apreendê-las como ponto de partida (teorias *sobre* jornalismo), e não como ponto de chegada (teorias *do* jornalismo).

Em uma crítica à abordagem fragmentada (ou metonímica) que se faz da teoria do jornalismo (teoria da notícia como teoria do jornalismo), Silva e Pontes (2009) afirmam que esta reflexão deve responder a questões que busquem ir além da descrição (empirismo descritivo) do trabalho nas redações, da produção noticiosa ou mesmo dos textos jornalísticos.

Ao naturalizar as teorias *sobre* jornalismo como teorias *do* jornalismo, o campo de pesquisa desta subárea da Comunicação contribui para sua indefinição teórica e não consegue alcançar sua episteme. É preciso reconhecer o fenômeno jornalístico historicamente a partir de sua estrutura comunicacional, recolocando suas bases conceitual, teórica e metodológica. Seria um bom começo.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Contraponto, 1996.

_____. **A epistemologia**. Edições 70, 2006.

BERGER, Christa. Jornalismo na comunicação. In: WEBER, Maria Helena; BENTZ, Ione; HOHLFELDT, Antonio (Orgs.). **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 137-163.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. **Verso e Reverso**. v. XXV, n. 58, jan-abr, 2011, p. 62-77.

FAUS BELAU, Angel. **La ciencia periodística de Otto Groth**. Pamplona: Instituto de Periodismo de la Universidad de Navarra, 1966.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. v. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. Tarefas da pesquisa da ciência da cultura. In: MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa (Orgs.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução de Jacques Wainberg. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Pesquisa em comunicação**. 9ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARTINO, Luiz Claudio. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz Claudio; FRANÇA, Vera Veiga. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 27-38.

SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo
13º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo
Campo Grande – UFMS – Novembro de 2015

.....
.....

_____. Uma questão prévia: existem teorias da comunicação? In: MARTINO, Luiz Claudio (Org.). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** São Paulo: Ateliê Editorial, 2007. p. 13-42.

_____. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo da comunicação. 2005. In: CAPPARELLI, Sérgio; SODRÉ, Muniz; SQUIRRA, Sebastião (Orgs.). **Livro da XIII compós 2004: a comunicação revisitada.** Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 41-66.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

MEDITSCH, Eduardo; SPONHOLZ, Liriam. Bases para uma teoria do jornalismo 2.0 (prefácio). In: GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais.** Tradução de Liriam Sponholz. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 9-25.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia.** v. 1, n. 2. 2004. p. 18-29.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe. Teorias da notícia: impasses para a teoria do jornalismo. **Fronteiras.** v. 11, 2009. p. 176-184.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **Matrizes.** n. 1, 2007. p. 15-26.

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da notícia e do jornalismo.** Chapecó: Argos, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são.** 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WAHL-JORGENSEN, Karin; HANITZSCH, Thomas. **The handbook of journalism studies.** New York: Routledge, 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.